

A BRANQUITUDE NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO RACIAL DISCENTE

Vanessa Levati Biff ¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender como a branquitude se manifesta nos Institutos Federais, a partir da composição racial dos estudantes. Especificamente, busca-se identificar o percentual do corpo estudantil branco, comparar essa composição com os dados demográficos de cor ou raça das regiões onde esses Institutos estão localizados e analisar as disparidades existentes. Ao mapear a branquitude nos Institutos Federais, pretende-se contribuir para os estudos que buscam compreender se as atuais políticas públicas educacionais estão de fato mitigando as barreiras raciais que persistem no sistema educacional brasileiro. A pesquisa contextualiza a criação dos Institutos Federais, utilizando estudos de Cunha (2000; 2005), Kuenzer (2007), Kunze (2009) e Brazorotto e Venco (2021). Além disso, aborda a questão da branquitude e o acesso à educação, fundamentando-se nos trabalhos de Hasenbalg e Silva (1990), Hasenbalg (2005) e nos dados do IBGE (2024) e do Observatório da Branquitude (2024). Metodologicamente, adota-se uma abordagem quantitativa e uma análise comparativa, utilizando dados sobre a identificação racial dos estudantes coletados da Plataforma Nilo Peçanha e os dados demográficos regionais obtidos do IBGE, ambos de 2022. Os resultados indicam que os Institutos Federais estão contribuindo para a desconstrução dos privilégios da branquitude, mas que ainda há desafios a serem superados. Foram identificados 12 institutos com uma sobrerrepresentação de estudantes brancos. Recomenda-se a realização de estudos mais aprofundados para identificar os fatores que promovem uma maior inclusão de discentes não-brancos, especialmente no IFNMG e no IFRS, que demonstraram diferenças significativas em comparação aos demais institutos de suas regiões.

Palavras-chave: Branquitude, Educação, Institutos Federais.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o sistema educacional brasileiro perpetuou desigualdades ao favorecer a população branca com acesso a uma educação superior de qualidade, enquanto limitava pretos e pardos a uma educação técnica direcionada para o trabalho manual (Hasenbalg, 2005). Conforme afirma Cunha (2000), a educação profissional no Brasil esteve associada às camadas populares, frequentemente pretas e pardas, sendo, por muito tempo, desvalorizada e considerada inferior em comparação ao ensino acadêmico, que era reservado às elites brancas e associado ao trabalho intelectual.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale - RS, vanessalbiff@gmail.com

A criação dos Institutos Federais representou uma tentativa de reverter essa tendência, buscando elevar o status da educação profissional e tecnológica e transformá-la em uma via de ascensão social e econômica, a fim de corrigir as desigualdades históricas no acesso à educação pública de qualidade para populações historicamente marginalizadas (Brasil, 2010).

Diante deste contexto, faz-se necessário analisar se esse objetivo está sendo plenamente alcançado a partir da distribuição racial de seus estudantes, a qual pode refletir desigualdades históricas persistentes. Assim, contribuindo aos estudos da branquitude, que buscam revelar as estruturas que sustentam o privilégio branco (Bento, 2020), neste caso no acesso à educação, este estudo está estruturado a partir da seguinte questão: qual é a proporção de estudantes brancos nos Institutos Federais e como essa proporção se compara à demografia racial das regiões onde essas instituições estão localizadas? Essa análise busca refletir sobre a eficácia das políticas educacionais na promoção da inclusão e na redução dos privilégios raciais.

Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a compreender como a branquitude se manifesta nos Institutos Federais, a partir da composição racial discente. Os objetivos específicos são identificar a porcentagem de estudantes brancos em cada uma dessas instituições de ensino e comparar esses dados com a composição racial da população das regiões onde essas instituições estão localizadas, utilizando os dados demográficos disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha e no IBGE. Essa comparação permitirá uma reflexão sobre as disparidades raciais no acesso à educação e sobre o papel dessas instituições na promoção da igualdade racial, avaliando em que medida a branquitude é privilegiada nessas instituições.

Para alcançar esses objetivos, serão contextualizados os aspectos históricos da educação profissional no Brasil que culminaram na criação dos Institutos Federais, a partir dos estudos de Cunha (2000; 2005), Kuenzer (2007), Kunze (2009) e Brazorotto e Venco (2021). Além disso, aborda-se a questão da branquitude e o acesso à educação, fundamentando-se nos trabalhos de Hasenbalg e Silva (1990), Hasenbalg (2005), bem como nos dados do IBGE (2024) e do Observatório da Branquitude (2024). Posteriormente, serão apresentados os procedimentos metodológicos, os resultados da pesquisa e, por fim, as considerações finais.

A relevância deste estudo reside na necessidade de identificar possíveis desproporcionalidades e discutir as implicações em termos de privilégios associados à identidade branca e as questões de equidade no acesso à educação de qualidade. Além

disso, os resultados podem ajudar a determinar se as atuais políticas públicas educacionais estão de fato mitigando as barreiras raciais que persistem no sistema educacional

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A trajetória dos Institutos Federais começa com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, instituídas em 1909 pelo então presidente Nilo Peçanha. Segundo Kunze (2009) e Cunha (2005), essas escolas possuíam um caráter assistencialista e correccionalista, sendo concebidas para oferecer formação profissional a jovens desfavorecidos, que eram vistos como potencialmente ociosos e suscetíveis ao vício e ao crime, visando integrá-los ao mercado de trabalho formal.

Nas décadas subsequentes, essas escolas passaram por diversas reformulações e mudanças de nome, acompanhando o desenvolvimento econômico e as novas exigências do mercado de trabalho. Em 1942, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-lei nº 4.073), foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, com a missão de proporcionar uma educação técnica de nível médio (Kuenzer, 2007). Contudo, os egressos dessa modalidade de ensino somente poderiam ascender ao nível superior, em cursos da mesma carreira, o que reforçava a segmentação entre a educação técnica e a educação tradicional, perpetuando uma divisão que restringia a mobilidade educacional e profissional dos alunos oriundos do ensino técnico (Cunha, 2000).

Entre as décadas de 60 e 70, o Brasil vivenciou um período de forte industrialização e urbanização, o que demandou uma ampliação significativa do sistema de educação técnica. Em resposta a essas necessidades, o governo federal tornou o ensino técnico-profissional compulsório para todo o nível médio, ampliando a oferta de cursos técnicos em diversas regiões do país, por meio das Escolas Técnicas Federais (ETFs) e das Escolas Agrícolas Federais (EAFs).

De acordo com Brazorotto e Venco (2021), a educação profissional desse período visava moldar os jovens para se encaixarem nas necessidades imediatas do regime militar e da economia, em vez de promover uma educação que também priorizasse o desenvolvimento crítico e a cidadania plena. Como também reforçam Cunha (2000) e Kuenzer (2007), as leis e políticas educacionais até então tinham o efeito de manter as divisões sociais e raciais existentes, beneficiando principalmente a classe branca dominante, oferecendo-lhes acesso a uma educação mais ampla e propedêutica para o

ensino superior e, conseqüentemente, para cargos mais altos na sociedade. Por outro lado, para as camadas menos privilegiadas da sociedade, a educação oferecida era mais direcionada para habilidades técnicas e práticas, imediatamente aplicáveis no mercado de trabalho, perpetuando assim a desigualdade social e econômica.

Na década de 90, políticas de reforma do ensino técnico e tecnológico transformaram as ETFs e EAFs em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com a proposta de integrar a educação profissional à educação geral, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. No entanto, o Decreto nº 2.208/1997 desarticulou essa integração, permitindo que a educação profissional fosse oferecida de forma independente, em linha com princípios neoliberais, e priorizando, novamente, a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho em detrimento de uma educação mais ampla e integrada (Brazorotto; Venco, 2021).

Posteriormente, em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, é criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), unificando os CEFETs, ETFs e EAFs em uma nova estrutura: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2008).

A criação dos Institutos Federais, concebidos para expandir a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, com base nos princípios educativos do trabalho, da ciência e da cultura, representou um esforço significativo para garantir maior acessibilidade e qualidade para os segmentos que “historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil”, viabilizando, desta forma, “o pagamento da dívida social em relação a esse público” (Brasil, 2010, p. 21).

Contudo, conforme destacam Brazorotto e Venco (2021, p. 493),

[...] o movimento de expansão incluiu formas de seleção como o tradicional vestibulinho, com provas do conteúdo programático do ensino fundamental ou análise curricular dando prioridade às notas mais altas, o que acirrou a disputa pelas vagas e excluiu uma parcela dos interessados em ingressar nessas escolas, mesmo das adeptas ao sistema de cotas para oriundos de escolas públicas, raciais ou sociais. A permanência de processos seletivos pautados num suposto mérito aponta o caráter contraditório da política, que acaba, mais uma vez, preterindo os menos favorecidos.

Nesse sentido, considerando a política educacional destinada aos Institutos Federais, constata-se que o público-alvo prioritário pode não ser plenamente contemplado, o que sugere que a política cumpre apenas parcialmente seus objetivos.

A BRANQUITUDE E O ACESSO À EDUCAÇÃO

A branquitude refere-se às estruturas, práticas e normativas sociais que conferem privilégios às pessoas brancas e mantêm a hierarquia racial existente (Bento, 2020). No contexto da educação, a branquitude desempenha um papel fundamental na determinação de quem tem acesso a recursos educacionais de qualidade, oportunidades de desenvolvimento acadêmico e, conseqüentemente, mobilidade social.

Historicamente, o sistema educacional brasileiro foi estruturado de maneira a favorecer a população branca, refletindo e reforçando as desigualdades raciais e sociais (Hasenbalg, 2005). Como visto anteriormente, a educação focada em habilidades técnicas e manuais era destinada às camadas populares, frequentemente negras e pardas, enquanto a educação acadêmica de elite era reservada às classes brancas, promovendo uma trajetória de ascensão social e econômica (Cunha, 2000). Esse padrão de segregação educacional não apenas limitou as oportunidades de desenvolvimento para a população negra, mas também consolidou a branquitude como norma privilegiada na sociedade, perpetuando a desigualdade racial, devido à fragilidade das políticas públicas destinadas a enfrentar essa questão (Hasenbalg, 2005).

Estudos indicam influência significativa da cor da pele na determinação da posição social dos indivíduos e na perpetuação das desigualdades educacionais. Hasenbalg e Silva (1990) mostraram que crianças não-brancas iniciam a educação formal mais tarde e enfrentam progressão mais lenta, maior repetência e maior abandono escolar, resultando em uma trajetória educacional mais complicada e interrompida. Infelizmente, essa realidade se perpetua ao longo do tempo, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais e econômicas.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2023 mostram que as taxas de analfabetismo e de abandono escolar são significativamente mais altas entre a população preta ou parda, enquanto as taxas de conclusão do ensino médio e superior são mais altas para a população branca, demonstrando a magnitude da diferença racial no acesso à educação na atualidade (IBGE, 2024).

A segregação racial no Brasil também se manifesta na distribuição desigual da infraestrutura entre escolas brancas e negras. Um estudo realizado pelo Observatório da Branquitude (2024) indicou que as escolas que atendem predominantemente estudantes brancos contam com melhores recursos, proporcionando uma educação que abre portas para o ensino superior e carreiras profissionais de prestígio, enquanto as escolas destinadas às populações negras e pardas muitas vezes carecem de recursos adequados,

resultando em um ensino que não promove a mesma trajetória de ascensão. A segregação educacional, portanto, não é apenas uma questão de acesso às instituições, mas também de qualidade e tipo de educação oferecida.

Os dados do Observatório da branquitude (2024) corroboram a relevância e atualidade dos estudos de Hasenbalg e Silva (1990) que demonstraram que, mesmo quando as condições socioeconômicas são semelhantes, a população negra continua a enfrentar barreiras significativas no acesso a oportunidades educacionais de qualidade. Este fato enfatiza que o problema é racial, e não meramente social ou econômico, evidenciando a necessidade de políticas educacionais específicas que combatam o racismo estrutural e promovam a inclusão racial de maneira eficaz.

As políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais e sociais implementadas em universidades públicas e Institutos Federais, representam tentativas de corrigir essas desigualdades históricas. No entanto, a eficácia dessas políticas depende de uma implementação cuidadosa e de um acompanhamento contínuo para garantir que os benefícios sejam realmente alcançados pelos grupos destinados.

METODOLOGIA

Essa pesquisa adota uma abordagem quantitativa, focando na análise dos dados de cor ou raça dos estudantes dos Institutos Federais e da população onde estão localizados. Os dados sobre a identificação racial dos discentes foram obtidos da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024), enquanto os dados demográficos regionais foram baseados em informações do IBGE (2024), ambos referentes ao ano base 2022.

A análise agrupou a população em dois grupos principais: brancos e não-brancos, desconsiderando os não declarados. Foram calculadas as porcentagens de estudantes brancos em cada Instituto Federal e as porcentagens da população branca residente nos estados correspondentes. Em seguida, foi realizada a comparação dessas porcentagens, calculando a diferença entre elas para cada Instituto. Essa abordagem permitiu avaliar se há uma sobrerrepresentação² de estudantes brancos em relação à população geral, indicando possíveis desigualdades ou privilégios associados à identidade racial.

² O termo sobrerrepresentação é empregado neste estudo para indicar que a proporção de estudantes de um determinado grupo racial é maior do que sua presença na população local.

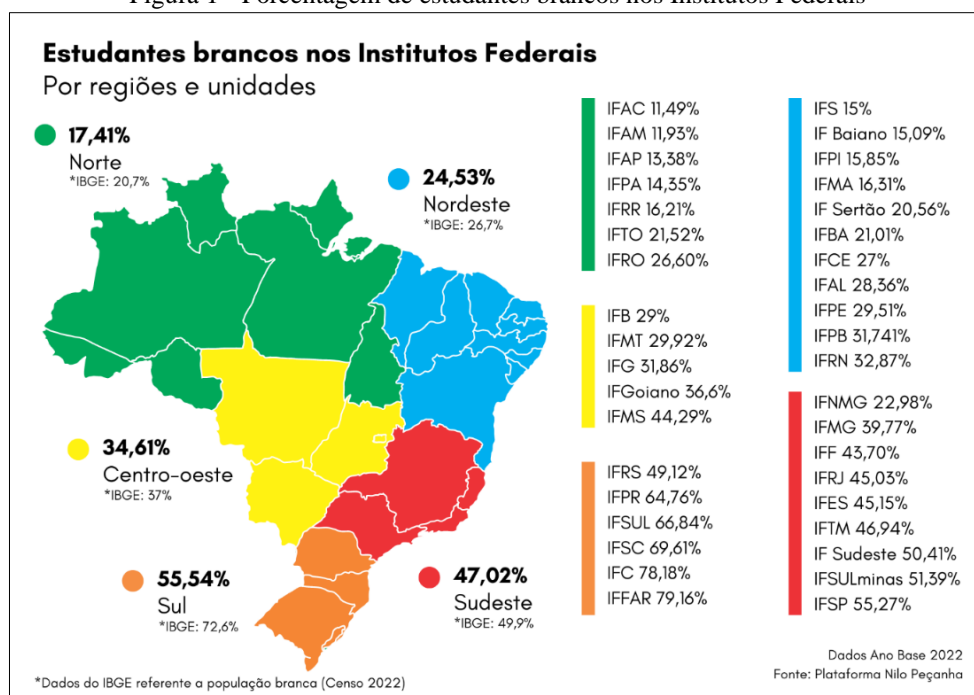
Este estudo possui algumas limitações, entre as quais destacam-se a consistência dos dados de classificação racial, que são derivados da autodeclaração e, portanto, representam a percepção subjetiva do indivíduo sobre sua própria identidade racial. Uma das limitações da autodeclaração é a possibilidade de erro ou imprecisão, o que pode levar a uma subestimação ou superestimação da presença de determinados grupos raciais nos dados coletados. Neste caso, é importante reconhecer que os dados aqui apresentados podem não refletir completamente a realidade da composição racial dos estudantes nos Institutos Federais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a perspectiva dos estudos da branquitude, a proporção de estudantes brancos nos Institutos Federais não é apenas um reflexo de sua composição demográfica, mas também um indicativo de como as políticas educacionais e sociais interagem com as dinâmicas de raça e privilégio.

Os dados da pesquisa mostraram variações significativas na porcentagem de estudantes brancos declarados nos Institutos Federais entre as diferentes regiões, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Porcentagem de estudantes brancos nos Institutos Federais



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As regiões Norte (17,41%) e Nordeste (24,53%) apresentam as menores porcentagens de estudantes brancos nos Institutos Federais, seguidas pelo Centro-Oeste (34,61%). Em contraste, os maiores percentuais de discentes brancos estão nas regiões Sudeste (47,02%) e Sul (55,54%). Em comparação a composição demográfica racial das regiões, conforme os dados do IBGE, observa-se que, em todas elas, a proporção de alunos brancos é ligeiramente inferior à proporção de brancos na população em geral. Essa diferença é mais marcante na região Sul, sugerindo um esforço de inclusão de discentes não-brancos e maior diversificação do corpo estudantil.

Em relação ao percentual de estudantes brancos por unidade, destaca-se o Instituto Federal do Acre (IFAC), que possui 11,49% de alunos brancos, sendo a unidade com a menor representatividade discente branca. Em contraste, o Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) apresenta 79,16% de estudantes brancos, configurando-se como a unidade com a maior representação entre os Institutos Federais.

Comparando os dados das unidades com os dados demográficos do estado em que essas instituições estão localizadas, identificou-se que dos 38 Institutos Federais analisados, 26 apresentaram uma sobrerrepresentação de estudantes não-brancos

Nas unidades das regiões Norte e Nordeste essa diferença foi mais visível. Com exceção do Instituto Federal da Bahia (IFBA), todos os outros apresentaram um percentual de alunos brancos inferior a população branca local, o que indica que há um esforço ou resultado natural em incluir uma diversidade maior no corpo estudantil, potencialmente desconstruindo práticas e políticas que favoreciam a branquitude.

No Centro-Oeste, observou-se uma variabilidade nos percentuais dessa diferença, em três dos cinco Institutos Federais identificou-se percentuais de alunos brancos menores do que a população branca local. Na região Sul, três das seis unidades também apresentaram uma sobrerrepresentação de estudantes não-brancos, destacando-se o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), que, com uma diferença de 29,29%, se configura com a maior entre todas as unidades do país.

Por outro lado, o Sudeste foi a região que apresentou a maior sobrerrepresentação de estudantes brancos, com destaque para o Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) e o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE), que ficaram entre os primeiros no ranking nacional, com uma diferença negativa de -10,32% e -9,34% respectivamente. A exceção foi o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

(IFNMG), que apresentou uma porcentagem 18,10% menor que a da população branca do estado, destoando-se significativamente dos demais institutos da região.

A partir da análise desses dados, pode-se afirmar que em 26 Institutos Federais as políticas educacionais implementadas estão gerando resultados positivos em relação a mitigação das desigualdades históricas e, conseqüentemente, dos privilégios da branquitude no acesso à educação, na medida em que as políticas afirmativas e de inclusão adotadas estão conseguindo atrair e reter um número maior de estudantes de grupos racialmente não-brancos.

No entanto, pode-se pontuar que os Institutos Federais poderiam desempenhar um papel ainda mais efetivo na mitigação das disparidades educacionais, e, por consequência, das desigualdades socioeconômicas que favorecem os brancos, visto que em 12 unidades observou-se uma sobrerrepresentação de estudantes brancos.

Nas regiões do Sudeste e do Sul, o alto percentual de alunos brancos reflete a demografia local, mas também aponta para uma possível manutenção dos privilégios que historicamente beneficiaram esse grupo racial. Esse cenário sugere que, embora haja um esforço para diversificar o corpo estudantil, ainda existem práticas e políticas que favorecem a presença de estudantes brancos, o que nos leva a analisar fatores como acessibilidade, políticas de admissão e o próprio contexto socioeconômico.

Considerando uma abordagem dos estudos da branquitude, buscamos então pensar os fatores que contribuem para a manutenção dos privilégios educacionais dessa população nos Institutos Federais, destacando que estudos posteriores se fazem necessários para confirmar tais hipóteses aqui levantadas.

Um primeiro fator possível se refere às políticas de admissão. Os critérios de seleção para ingresso nos Institutos Federais podem favorecer estudantes que tiveram acesso a uma educação básica de maior qualidade, geralmente disponível para a população branca (Halsenbalg, 2005; Observatório da Branquitude, 2024). Um estudo realizado por Martins e Costa (2021) indicou que 91,8% dos Institutos Federais utilizam apenas um tipo de processo seletivo, sendo, na maioria dos casos, o exame vestibular. Além disso, a modalidade de sorteio é admitida em apenas 1,8% das unidades, sendo utilizada somente quando o número de inscritos é menor que o de vagas disponíveis. Assim, estudantes brancos, que geralmente frequentam escolas de melhor qualidade, tendem a ter desempenho escolar superior, aumentando suas chances de admissão, quando os processos são por exame vestibular, estudo de currículo, redação ou teste de aptidão.

Outro fator possível pode estar relacionado à localização das unidades, que podem estar situadas em regiões onde a população branca é predominante, dificultando, conseqüentemente, o acesso para estudantes de áreas mais remotas e desfavorecidas, frequentemente compostas por indivíduos de cor ou raça preta ou parda.

Embora os Institutos Federais possuam políticas de acesso, permanência, êxito, inclusão e assistência estudantil, a falta de suporte adequado para estudantes não-brancos, mesmo após a admissão, compromete sua permanência e sucesso nos Institutos Federais. A cultura institucional pode incluir preconceitos implícitos que favorecem estudantes brancos, desde as práticas pedagógicas até as interações diárias. A falta de representatividade nos currículos, no corpo docente, nos materiais didáticos e nos materiais disponíveis na biblioteca podem criar um ambiente pouco acolhedor para estudantes não-brancos.

Acreditamos que esses fatores, em conjunto, contribuem para a manutenção dos privilégios educacionais à branquitude nos Institutos Federais, refletindo e reforçando as desigualdades raciais e sociais existentes no Brasil, o que exige mudanças institucionais e um compromisso contínuo com a equidade e a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicam que os Institutos Federais estão contribuindo para a desconstrução dos privilégios da branquitude, mas que ainda há desafios a serem superados. Os dados apresentados mostraram que, na maioria dos Institutos Federais, há uma sobrerrepresentação de estudantes não-brancos, o que sugere que as políticas afirmativas e de inclusão adotadas pelos Institutos Federais estão, em muitos casos, conseguindo atrair e reter estudantes de grupos racialmente marginalizados.

No entanto, uma análise mais detalhada revelou disparidades significativas. A composição racial dos estudantes, quando comparada aos dados demográficos do estado onde essas instituições estão localizadas, mostrou que os discentes brancos ainda estão sobrerrepresentados em 12 unidades, distribuídas por várias regiões, especialmente no Sudeste. Portanto, apesar dos esforços para diversificar o corpo estudantil, constatou-se que ainda há instituições que mantêm, em certa medida, privilégios históricos que beneficiam essa população, sugerindo a necessidade de revisar e fortalecer as políticas de inclusão.

Um dado interessante é que, embora inicialmente a região Sul tenha mostrado a maior representação discente branca, com o IFFar destacando-se nesse aspecto, quando comparamos esses dados com a representatividade da população branca local essa posição se alterou. Entre os Institutos Federais que apresentaram uma maior sobrerrepresentação de estudantes brancos estão o IFSULDEMINAS e o IFSUDESTE, unidades localizadas na região Sudeste. Do mesmo modo, embora inicialmente a região Norte tenha apresentado a menor representação discente branca, com o IFAC tendo a menor representatividade nesse aspecto, esse cenário também se alterou. Entre os Institutos Federais que mostraram uma menor sobrerrepresentação de estudantes brancos estão o IFRS, seguido pelo IFNMG.

Considerando que IFRS e o IFNMG apresentaram uma diferença significativa em comparação aos demais de sua região, sugere-se um estudo mais aprofundado nesses Institutos para identificar os fatores que proporcionam uma maior inclusão de estudantes não-brancos, mesmo em regiões onde esse grupo é menor. A análise desses fatores pode incluir as práticas de admissão, as políticas de ações afirmativas e os contextos socioeconômicos que contribuem para a inclusão ou exclusão de determinados grupos raciais. Acredita-se que os processos seletivos, como o uso de exames vestibulares e a análise curricular, podem estar favorecendo estudantes com acesso prévio a uma educação de maior qualidade, frequentemente disponível para a população branca. No entanto, são necessários estudos posteriores para afirmar essa hipótese de maneira conclusiva. Além disso, é importante considerar o impacto das políticas de cotas raciais e socioeconômicas, cuja eficácia pode variar significativamente entre os Institutos, dependendo de como são implementadas e monitoradas. Assim, a identificação de boas práticas em unidades que conseguem promover uma maior inclusão racial, como o IFNMG e IFRS, pode servir de modelo para outras instituições

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, DF: PDE, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRAZOROTTO, Cintia Magno; VENCO, Selma Borghi. Educação Profissional no Brasil: história e política dos Institutos Federais. **Etd - Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 487-505, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v23i2.8656863>. Acesso em: 4 mai. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 89–107, mai. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200006>. Acesso em: 4 mai. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2ed. São Paulo: UNESP, 2005.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

IBGE. Tabela 9605 - População residente, por cor ou raça, nos censos demográficos: ano 2022. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9605#resultado>. Acesso em: 2 mai. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.

KUNZE, Nádía C. O surgimento da Rede Federal de Educação Profissional nos primórdios do regime republicano. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**, Brasília: MEC, SETEC, v. 2, n. 2, p. 8-24, nov. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2009.2939>. Acesso em: 4 mai. 2024.

MARTINS, Alex Lara; COSTA, Alfredo. Formas de ingresso nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de ensino. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 32, e08516, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae.v32.8516>. Acesso em: 16 jun. 2024.

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. **A cor da infraestrutura escolar: diferenças entre escolas brancas e negras**. Rio de Janeiro: Observatório da Branquitude, 2024. Disponível em: <https://observatoriobranquitude.com.br/a-cor-da-infraestruturura-escolar-diferencas-entre-escolas-brancas-e-negras/> Acesso em: 6 mai. 2024.